

O PAPEL DAS AGÊNCIAS DE COOPERAÇÃO EUROPEIA NO APOIO AOS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL

Sérgio Haddad – Ação Educativa

Agência(s) Financiadora(s): CNPq/Fundação Ford

Introdução:

Esse ensaio foi redigido como parte de um estudo mais amplo que tem por objetivo discutir o contexto e as intenções em que práticas de educação popular foram produzidas na década de 70 e 80 no Brasil, em comparação com práticas atuais, identificando os fatores que permitiram seu desenvolvimento. O objetivo específico deste texto concentra-se em discutir o papel que as agências de cooperação europeias tiveram no apoio às entidades da sociedade civil brasileira em sua atuação no campo da educação popular naquele período. Para tanto, além de bibliografia sobre o tema, foram utilizadas entrevistas com os principais oficiais de projetos que atuaram naquela oportunidade apoiando trabalhos no Brasil.

Breve história da cooperação internacional europeia (França, Alemanha, Bélgica e Holanda).

A cooperação internacional ou cooperação para o desenvolvimento dos países estudados na Europa, de uma maneira geral, esteve inserida no conjunto de ações que seus governos estruturaram como política estatal para países em desenvolvimento ou em situação de emergência no âmbito da política externa. Evidentemente, cada um definiu sua política a partir de demandas e dinâmicas internas próprias e tomando em consideração elementos e aspectos muito particulares de sua história, suas formas de organização política e social, seu lastro cultural, bem como de sua inserção na cena mundial, além da relação com os países apoiados por esta política externa de cooperação.

É possível afirmar, no entanto, com alguma margem de segurança, que há um elemento comum a este conjunto diverso de políticas e ações de cooperação internacional: a participação de entidades da sociedade civil de cada país, seja na estruturação das políticas (ou em parte de seus programas), seja na sua execução. Uma hipótese que explicaria este traço comum parece ter a ver com a própria constituição de um de seus atores mais proeminentes, as ONGs e o campo que elas aglutinam¹.

¹ É importante destacar que ainda que as organizações não governamentais tenham sua origem em processos históricos que remontam há vários séculos atrás, a denominação ONG é recente, uma criação da segunda metade do século XX a partir da ampliação da participação de organizações da sociedade civil em processos político institucionais das Nações Unidas. Em realidade,

Philippe Ryfman (2009), no livro *“Les ONG”* reconstitui a história das entidades que realizam cooperação internacional de seus primórdios até a atualidade. Nele, aponta alguns pontos importantes que permitiram a constituição do campo da solidariedade internacional. O primeiro deles seria o processo de laicização ou secularização das atividades caritativas ligadas a Igreja desde o século XVII na Europa e depois, pouco mais à frente, nas colônias norte-americanas. Outro aspecto levantado pelo autor é o surgimento do direito internacional já no século XIX, uma vez que construiu um corpo jurídico de normas que regulavam as relações internacionais nos momentos de paz e de conflitos. Por fim, a constituição da noção de direitos humanos, ancorado no Iluminismo. É sobre esta noção de direitos humanos que se apoia parte significativa da ação das entidades de cooperação e de defesa de populações em situações de urgência.

Se estas referências são longínquas do ponto de vista temporal, por um lado, elas montam o pano de fundo de sustentação institucional e jurídica que permitirá a constituição de programas e ações bilaterais e multilaterais que estruturam as políticas de cooperação internacional; por outro lado, constituem lastro para percepção social da necessidade e da justiça da solidariedade internacional como uma ação individual, coletiva e institucional, reconhecendo o papel da sociedade civil nesta atividade.

As primeiras entidades humanitárias datam do século XIX e surgem por ocasião de guerras dentro da própria Europa e, de acordo com Roque (2001), são baseadas em fins morais ou religiosos. Como exemplo pode destacar o surgimento, em 1839 na Inglaterra, da British and Foreign Anti-Slavery Society, bem como, a partir de 1860, ver-se-á o aparecimento das *“Sociétés de Secours Aux Blassés”* que irão, mais à frente, formar as sociedades nacionais da Cruz Vermelha. Esta última será a inspiração para a organização pela Igreja Católica da Rede Cáritas no começo do século XX.

Os fatores de expansão desse campo são, grosso modo, as duas guerras mundiais e o processo de descolonização da África. O surgimento das grandes entidades de atendimento para trabalho de caráter emergencial exclusivamente dos civis afetados pelas guerras é uma novidade no cenário europeu. É neste contexto que nascem importantes entidades que serão centrais no campo das ONGs internacionais e, trinta anos mais à frente, especificamente no Brasil: a Save the Children, em Londres, em 1919; a Plan

a autodenominação como ONGs das organizações brasileiras se dará apenas a partir de meados da década de 1980.

International em 1937; a britânica Oxfam em 1942; em 1945, A Care nos Estados Unidos em 1945 e a World Vision em 1950.

Roque (2001) considera que o Plano Marshall para o processo de reconstituição da Europa no pós-segunda guerra, ofereceu um modelo que influenciará as políticas de cooperação internacional de vários países europeus. Pedrotti (2005) no seu estudo sobre a cooperação alemã corrobora a influência do Plano, ao afirmar que foi a fonte de inspiração para a estruturação da cooperação técnica alemã. Roque acrescenta ainda que o surgimento das Nações Unidas e das Instituições de Breton Woods são elementos que fornecem não apenas uma determinada lógica de atuação política que supera os limites dos Estados Nação, como também a legitimidade para os processos de cooperação internacional para além das ações caritativas em geral desenvolvidas pelas igrejas cristãs. Em suas palavras “a cooperação internacional se converteu em um aspecto crucial das relações norte –sul, instrumento essencial de um certo paradigma de desenvolvimento sob a liderança dos Estados Unidos. Os fundos movimentados pela cooperação internacional também serviram a estratégia de contraposição a uma possível expansão comunista, refletindo diretamente as tensões da guerra- fria” (ROQUE, 2001, p. 23).

Outro processo político importante e que também se relaciona com as tensões da guerra fria são as lutas por independência em países africanos e asiáticos ocorridos principalmente a partir da década de 1960. A situação vivida nesses países levou a criação de várias agências de cooperação internacional em que parte dos entrevistados da presente pesquisa fez parte. A NOVIB surge em 1956 em função da experiência de holandeses que viveram na Indonésia. Em 1958 foi criada na Alemanha por iniciativa da Igreja Católica a MISEREOR como decorrência da Campanha Contra a Fome e Enfermidades do Mundo. No ano seguinte, a Igreja Protestante Alemã organiza a campanha Pão Para o Mundo que dá origem a agência que assume este nome. Já em 1961 surge na Bélgica a Broederlijk Delan/ Entraide et Fraternité, organização belgo/francesa que se origina de uma Campanha contra a fome no Congo. Também em 1961 se estrutura o Comité Catolique Contre la Faime, organização francesa ligada à Igreja Católica que é conhecida como CCFD (sendo que a letra D da sigla que significa desenvolvimento é agregada em 1966). Apenas uma das organizações que compõe o contexto da pesquisa foi fundada em um momento anterior e vinculada as questões da segunda guerra mundial. Estamos falando da CIMADE (Comité Inter Mouviments Auprés Des Evacués)

criada por protestantes franceses após a invasão da Polônia em setembro de 1939.

Dada a origem bastante significativa de organizações de cooperação e solidariedade internacional vinculadas a campanhas de arrecadação de fundos na sociedade civil dos países europeus tem-se o fato de que até meados da década de 1960 quase que a totalidade dos recursos da cooperação internacional deste tipo advinha de fontes privadas. Importa ressaltar que tal solidariedade nasce no contexto da dura experiência vivenciada durante o período da guerra, unida ao enriquecimento destas sociedades a partir dos processos de reconstrução nos anos seguintes.

É interessante observar que tanto os processos de descolonização na África e Ásia quanto o crescimento econômico de algumas sociedades europeias também podem ser considerados os fatores que explicam a constituição de políticas estatais para a cooperação internacional, o que permitiu consequentemente o acesso a recursos públicos por parte das organizações da sociedade civil local.

O crescimento econômico experimentado pelas sociedades europeias a partir da metade dos anos 1950 faz com que muitas empresas sintam necessidade de expandir os seus mercados para os países do sul. Para os países europeus que tiveram colônias, os processos políticos da década de 1960 produziram ações comerciais de novos tipos, como foram os casos da França, Holanda e Bélgica. Contudo, a América Latina também passou a ser estratégica sob o ponto de vista econômico e político. Em um primeiro momento foram as empresas que pressionaram os governos para a estruturação de uma política de cooperação internacional. Em um momento posterior as organizações da sociedade civil, em especial àquelas vinculadas às igrejas cristãs também passam a fazer pressão para acessar os recursos públicos, com destaque para os casos holandês e alemão. Buscavam recursos para a expansão do trabalho pastoral e social, acompanhando as comunidades estrangeiras que haviam se deslocado para os países latino-americanos.

A situação da Alemanha tinha alguns contornos bastante específicos. Segundo Pedrotti (2005), no período inicial do pós-segunda guerra a Alemanha estava submetida ao Estatuto da Ocupação tendo, portanto, sua autonomia controlada. As tensões da bipolaridade Estados Unidos-União Soviética tinham um peso maior no contexto alemão. Assim sendo, a construção de uma política de cooperação internacional, inclusive com a instituição, em 1961, de um ministério específico – o Bunderministerium fur Wirtchfliche Zussammesuasbert und Entwicklung- foi uma estratégia importante para a conciliação dos interesses

alemãs, tanto no que se refere à expansão dos mercados, quanto na melhoria da imagem internacional do país pós-guerra, sem causar fricções diplomáticas.

Foi em função da constituição do Ministério da Cooperação e sua política que se tornou possível o acesso dos recursos públicos pelas organizações da sociedade civil. Como decorrência, foi criada pelas igrejas protestantes a EZE – Associação Protestante para a Cooperação ao Desenvolvimento, em 1962. Já a igreja católica vai se utilizar da estrutura da MISEREOR para receber estes recursos.

O modelo criado pelo Estado alemão parece ter inspirado em alguma medida a estrutura de cooperação internacional do Estado holandês também no começo dos anos 1960. E do mesmo modo que a EZE foi criada em 1964, nasce a ICCO como uma organização intermediária de co-financiamento de projetos e órgãos diaconais missionários das igrejas protestantes holandesas. Contudo, uma diferença importante é que o modelo holandês para o acesso a recursos públicos por organizações da sociedade civil incluía também uma organização laica, a NOVIB, com o objetivo de criar uma distribuição dos recursos simétrica a distribuição da população holandesa em termos de filiação ou não às igrejas.

No caso francês a presença das organizações vinculadas à igreja católica foi muito forte, havendo, portanto, características próprias na construção do campo da cooperação e solidariedade internacional. Ainda nos anos 1950 dois importantes organismos da sociedade civil francesa são criados: em 1955, o abade Pierre aposta na tentativa de desenvolver o trabalho internacional das comunidades Emaús, através do *Institut de recherche et d'action sur la misère du monde*, que deu origem ao *Institut de recherche et d'application des méthodes de développement* (IRAM); e em 1958, Padre Leuret cria o IRFED (Instituto internacional de pesquisa e de formação, educação para o desenvolvimento). Esse Instituto foi decisivo na constituição de outros organismos de cooperação, além de ser um importante centro de estudos e debates sobre as questões do Terceiro Mundo e do desenvolvimento, influência decisiva na América Latina.

Para além das dimensões econômicas que levaram a um incremento da cooperação com a América Latina, e da presença dos organismos de Igrejas, a participação das organizações da sociedade civil de alguns países europeus foi muito importante, tanto na pressão para influir as políticas estatais de cooperação, no âmbito da discussão sobre desenvolvimento, como pela sua ação autônoma nos países do continente. Nesse sentido, o contexto das ditaduras políticas que caracterizaram a América Latina a partir

dos meados dos anos 1960 foi decisivo no trabalho de solidariedade e denúncia frente às violações dos direitos humanos.

A Cooperação Internacional por seus agentes

A maioria das pessoas entrevistadas que atuaram nas agências holandesas e alemãs de cooperação internacional²² iniciou os seus trabalhos nas organizações a partir da segunda metade da década de 1970. Apenas uma das entrevistadas esteve nessas organizações em um período anterior, anos 1960. Grande parte também ficou por mais de 20 anos neste trabalho. Assim sendo, muitos foram os primeiros responsáveis pela estruturação das ações de cooperação com a América Latina e o Brasil.

Um elemento muito recorrente nos depoimentos foi a menção ao ambiente político das agências naquele período, destacando a presença de pessoas nas direções com uma visão bastante inovadora e politizada. É o que nos conta Jurgen Stahn ao afirmar que ao ingressar em Pão Para o Mundo como secretário para a América Latina, em 1978, encontrou um ambiente de muita abertura, o diretor da época conhecia a realidade latino-americana. O mesmo é dito por Alfred Rupert ao mencionar que quando assumiu o cargo de responsável pelo Brasil da MISEROR, em 1976, houve uma mudança da pessoa responsável pela América Latina, sendo este caracterizado por ele como “um revolucionário”. Úrsula, refletindo sobre o contexto político do final dos anos 1960 e começo dos anos 1970, afirma que neste mesmo período assume um novo diretor na EZE que possuía uma visão mais política, dado que o clima da sociedade alemã era mais aberto para as questões da América Latina. Para ela o maior interesse da sociedade alemã por esse continente se explica por ele ser mais “europeu” do que a África e Ásia. Para Anneke Jansen o diretor geral da NOVIB à época tinha uma visão muito política sobre o papel que a agência poderia cumprir nas lutas contra a ditadura que ocorria no Brasil, havendo inclusive “fundos secretos” que

²² As primeiras entrevistas foram realizadas entre os dias 10 e 15 de setembro de 2010 na França e na Bélgica. Foram entrevistadas as seguintes pessoas: John Slander – agência Oxfam Novib; Jackie Fabre e Henryène de Chaponay – agência CCFD; Jean-Marie Fardeau – agência CCFC; André Benoit - agência Broederlijk Delen; Iolanda Bittencourt – agência Entraide et Fraternité.

A segunda viagem internacional (Alemanha e Holanda) foi realizada de 7 a 17 de outubro de 2010. Nela foram entrevistadas as seguintes pessoas: Jürgen Stahn – Agência Pão para o Mundo; Pim Verhallen – agência ICCO; Anneke Jansen.– agência Oxfam Novib; Luciano Wolff e Wolfgang Kaiser – agência EED; Ursula Sen Gupta – agência EED; Manfred Wadehn – agência EED; Alfred Ruppert – Agência Misereor.

eram utilizados para ações de caráter mais político. Havia também uma militância política dos funcionários da NOVIB que influenciava nos processos de cooperação. Tanto Anneke quanto John Schlanger mencionaram o fato de que uma das primeiras organizações brasileiras financiadas pela NOVIB tenha sido o CEBRAP (SP), apoio este motivado pela explosão de uma bomba na sede da organização brasileira pelos órgãos de repressão, o que se configurou em um apoio com forte sentido político.

No que se referem às dinâmicas sócio políticas que possibilitaram as mudanças no perfil das relações de cooperação entre as agências alemãs e holandesas e as organizações latino americanas e brasileiras nos anos 1970, são vários os aspectos apontados, alguns bastante semelhantes e outros distintos tanto em função do país das agências, quanto do serem organizações vinculadas às igrejas protestantes ou católicas, bem como laicas, caso único representado por NOVIB.

Segundo Jurgen Stahn, a América Latina não era prioridade para Pão para o Mundo em função do fato de ser um continente considerado “católico”. O foco era a África, continente com uma forte influência missionária das igrejas evangélicas alemãs no século XIX. Quando começa a trabalhar em Pão para o Mundo a lógica eclesial dominava os apoios, havendo uma expectativa de que ele como as demais secretarias trabalhassem junto com as estruturas das igrejas protestantes, mas isto não era uma condição indispensável. Para Jurgen, no pós – 1968, as igrejas protestantes começam a ampliar suas perspectivas, na medida em que perceberam que a lógica deveria ser “pão para o mundo e não pão para a igreja” e que os principais agentes do desenvolvimento e progresso social, cultural e dos direitos humanos nem sempre eram as igrejas.

Úrsula informa que até o começo dos anos 1970 os projetos chegavam à agência principalmente através das igrejas e em geral se relacionavam à construção e melhoria de escolas e hospitais. Contudo, a partir desse momento não apenas o Brasil passa a ter relevância na EZE, como também as agências passam a debater conceitos como o de desenvolvimento na orientação dos seus apoios. Para ela estas mudanças são resultantes, dentre outros fatores, das mudanças políticas havidas na sociedade alemã no final dos anos 1960. Úrsula destaca ainda que o Conselho da EZE tinha algumas resistências ao trabalho com ONGs e movimentos sociais, mas no caso brasileiro essa dimensão era “disfarçada” pelo fato de que sempre podiam argumentar que tais organizações tinham uma base cristã, o que não era possível no caso da Índia, por

exemplo. Manfred reforça a análise de Úrsula ao afirmar que havia diferenças no sentido de maior ou menor politização das organizações e estas diferenças apareciam nos trabalhos apoiados na América Latina.

O contexto político das sociedades latino americanas nos anos 1970, a maior parte delas vivendo ditaduras militares bastante repressivas, é apontado por todas as pessoas entrevistadas como tendo sido um elemento fundamental na modificação das lógicas e processos da cooperação internacional europeia com a América Latina e o Brasil em particular. Como já foi assinalado, as sociedades holandesa e alemã naquele período estavam mais abertas politicamente, os governos eram de perfil mais progressista o que contrastava fortemente com o vivido pelas sociedades latino-americanas. Pode-se afirmar que a dimensão de solidariedade das ações de cooperação foi o traço mais marcante nas relações estabelecidas, incluindo os asilos políticos concedidos a um imenso contingente de militantes sul-americanos.

Jurgen Stahn destaca a que as comunidades de exilados chilenos, argentinos e bolivianos, vítimas das ditaduras militares dos seus países, eram bastante atuantes na Alemanha. Eles trouxeram outras pessoas da América Latina para fazer palestras em Pão para o Mundo. Esse processo gerou a doação de um montante razoável de recursos financeiros para o apoio das ações das agências no continente. Pim Verhallen considera que o golpe de estado no Chile com suas imagens fortes foi determinante para a abertura da sociedade holandesa para a América Latina.

No caso da NOVIB, única organização laica, Anneke Jansen, aponta que o programa dessa agência para o Brasil foi montado a partir de demandas das organizações que precisavam de apoio nos campos da educação popular e também pesquisa, dado que as universidades brasileiras não tinham espaço naquele momento para a produção de pensamento crítico.

A denominada “abertura das igrejas” é outra marca muito forte desse período, pois tanto do ponto de vista do pensamento teológico quanto das ações concretas de apoio e resistência produzidas pelas igrejas - no caso da América Latina e do Brasil, mas fortemente da igreja católica- criaram as condições de legitimidade sócio política nos dois lados da relação, ou seja, para as organizações que doavam os recursos na Europa e para aquelas que o recebiam na América Latina. Pode-se afirmar que as igrejas progressistas criaram um “idioma comum” que possibilitou inclusive uma dinâmica mais fluída entre as organizações católicas e protestantes, seja no plano discursivo ou nas relações de apoio direito às organizações latino-

americanas, como podemos constatar em várias passagens das entrevistas realizadas.

Tomando como referência a influência do Concílio Vaticano II, Pim afirma que a sociedade holandesa católica se engajou nos processos e debates, mas foi por um período muito curto. Na sequência, a dimensão latino-americana do Concílio, em sua opção preferencial pelos pobres foi bastante aceita, destacando que a renovação eclesial na igreja e na doutrina social teve um impacto muito forte nas sociedades latino-americanas.

No contexto de uma teologia progressista, o tema da participação dos pobres como fator de mudança social passou a ser central. Para Jurgen Stahn, nos anos 1970 e 1980 a Teologia da Libertação teve um papel importante tanto no seio das igrejas quanto na sociedade civil e em sua opinião os temas e questões trazidos por esta concepção teológica foi um grande desafio para a igreja oficial na Alemanha. Este elemento de desafio também é ressaltado por Jan van Bentum. Segundo ele, o fundamental nas ações de cooperação internacional naquele momento era a criação de condições para que as pessoas excluídas pudessem ter mais espaço para participarem dos processos de tomada de decisão naquilo que dizia respeito às suas vidas. E era nesse sentido que compreendia o apoio ao trabalho das pastorais da igreja católica. Sua proposta de realizar ações de cooperação com as pastorais católicas foi uma grande novidade para a ICCO, por serem ações completamente distintas daquelas que as igrejas tradicionalmente realizavam.

A mesma importância conferida ao fortalecimento das organizações populares é ressaltada por Alfred Rupert quando afirma que em que pese o fato de que todos os projetos da MISEROR fossem articulados a partir da igreja católica e seus representantes, ele considerava que o fundamental era apoiar a “luta do povo”. Assim sendo, a formação política e comunitária por meio da educação popular eram elementos fundamentais nas escolhas sobre quais projetos deveriam ser apoiados.

O “idioma comum” criado pelas ações das igrejas se ancorou fortemente na noção de direitos humanos. Para Úrsula a criação da CESE no Brasil é um marco na mudança das concepções das agências, destacando o conceito de direitos humanos trazido por esta organização como um elemento fundamental. Jurgen Stahn destaca ainda a aproximação feita pelas igrejas protestantes na América Latina e a dimensão dos direitos humanos. Para Pim Verhallen as relações estabelecidas mais fortemente entre a sociedade holandesa e as sociedades latinas americanas, quando comparadas à África e Ásia, se explica pelo fato de

que ambas falavam o mesmo idioma ocidental dos direitos humanos.

A presença das ações das igrejas também pode ser observada pela preponderância de organizações brasileiras a elas vinculadas e que são citadas³ como sendo os primeiros ou apoios mais importantes dados pelas agências alemãs e holandesas naquele período. Metade das organizações citadas tinha vínculo direto com as igrejas ou com o ecumenismo. São os casos da Comissão Pastoral da Terra, Conselho Indigenista Missionário, Pastoral Operária, Diakonia, Igreja Evangelista da Congregação Luterana, Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, CESE, CEDI, por exemplo. Outras organizações como a FASE, o CEAS e a Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais têm, em suas origens, a influência direta da igreja católica. Assim sendo, foi através das redes de contato das organizações vinculadas às igrejas com as agências de cooperação internacional e os grupos que organizavam as lutas e resistências à ditadura que possibilitam a conformação das políticas e programas de cooperação para a América Latina e o Brasil.

Alfred Rupert analisa que contatos com os bispos progressistas brasileiros possibilitou a MISEROR ter o aval dos mesmos para suas ações, aval este fundamental para o apoio da igreja alemã, mas conservadora. Contudo, em que pese o apoio das sociedades holandesa e alemã e a forte presença das igrejas cristãs, havia momentos de tensão com o governo brasileiro que por vezes pressionava os governos dos países europeus, bem como situações de tensão política provocada pelos aparatos de segurança brasileiro e até mesmo com setores conservadores da população. Outros depoimentos informam sobre as pressões sofridas pelos agentes no trabalho de apoio às ONGs e movimentos sociais no Brasil.

Andre entra em Broederlijk Delen em 1982. Em 1986 vai trabalhar como encarregado dos projetos para a América Latina. Para ele houve de três momentos em Broederlijk Delen com relação à concepção de suas ações de cooperação: em um primeiro momento o sentido era caritativo, a ajuda aos pobres; em um momento seguinte passa a reconhecer as injustiças presentes nas estruturas sociais dos países do sul; por fim há o reconhecimento da produção destas injustiças a partir dos países no norte. Os conceitos que orientavam suas escolhas eram o trabalho com grupos excluídos e projetos que pudessem influir nas estruturas produtoras de injustiças – por isso a ênfase em Direitos Humanos- atividades que melhorassem as condições de vida, educação popular conjugada à formação técnica.

³ É importante destacar que as organizações citadas foram aqueles que os/as entrevistados/as lembravam no momento e, portanto, não significa a totalidade das organizações apoiadas nos anos 1970/1980.

Foi através de seu trabalho na Action Catholique d' Enfance que Jackie se aproximou do CCFD (Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento), fazendo parte de um conselho externo composto por membros dos movimentos vinculados à Ação Católica Francesa. Em sua avaliação, o CCFD desenvolveu um trabalho diferente de cooperação e solidariedade internacional por influência dos movimentos da Ação Católica, mas principalmente pelo fato de que a partir da metade dos anos 1960 teve que lidar com as ditaduras da América Latina por força da presença dos refugiados latino-americanos que transformou muitas coisas no CCFD. Destaca ainda, e de modo muito especial, a atuação de D. Helder Câmara que questionou muitas coisas no modelo de cooperação.

Os contatos de Iolanda com a Ação Católica levaram-na Entraide et Fraternité em meados dos anos 1960. No início da década de 1970 ela torna-se responsável pelos projetos vindos da América Latina. Foram definidos critérios de seleção e aos poucos diminui a perspectiva assistencialista para trabalharem com a lógica de ações em parceria. A maioria era de organizações da base da igreja católica, mas sem a intermediação das estruturas eclesiais. Segundo Iolanda, o Episcopado belga lhes dava muita liberdade e confiança citando como exemplo o que se passou em meados da década de 1970. Naquele momento havia na África várias lutas pela independência e que um dos “troncos” – que eram como nomeavam a estrutura das coletas de doações – teria como destino o apoio aos movimentos armados de libertação. Com relação à América Latina, Iolanda afirma que não havia apoios semelhantes. Mas ela realizava ações de apoio aos exilados que chegavam à Bélgica, como acolhê-los, buscar bolsas de estudos, encaminhar para as universidades, pois este era o perfil dos refugiados que lá chegavam.

No Brasil Iolanda recorda que apoiaram o trabalho das CEBs, inclusive ela participou do primeiro encontro nacional das mesmas ocorrido em Vitória em 1973. Além das CEBs Entraide et Fraternité também apoiou o CEDAC (RJ), a NOVA (RJ), o CTC – Centro de Trabalho e Cultura- (PE), a FUNDIFRAN (BA), o CEDI (SP) e o Centro de Direitos Humanos de São Paulo. Iolanda menciona ainda relações com Dom Tomás Balduino, Dom Luiz Fernandes e Dom Helder Câmara, ressaltando que com este último as relações nunca foram de apoio financeiro, mas de intercâmbios políticos. Ela destaca a importância da presença de Dom Helder em Bruxelas, pois suas palestras na Universidade de Louvain atraíam muitas pessoas, especialmente jovens. Em tais palestras D. Helder destacava a importância de se atuar para a mudança a partir da própria

Europa.

Para Jean cada ONG francesa tinha “sua” ONG brasileira, dado a força das relações pessoais estabelecidas nos anos 70, bem como em função do conhecimento específicos da realidade brasileira. Cita como pessoas de organizações importantes com que estabeleceram parcerias: Jean Pierre Leroy da FASE; Betinho do IBASE, dado que a organização tornou-se referência sobre o Brasil; Dom Tomás Balduino em função das ações e importância da CPT; Dom Hélder Câmara.

Analisando as dinâmicas da cooperação francesa, Jean Marie afirma que o debate na França foi marcado pelas chamadas posições terceiro-mundistas, cujo foco argumentativo se concentrava nas questões relacionadas ao papel e responsabilização dos países do norte com as situações vividas nos países do sul.

A Cooperação Internacional e a Educação Popular

Com relação à importância dos processos vinculados a educação popular, o conjunto das pessoas entrevistadas reconhece a centralidade da mesma no que se refere aos projetos apoiados pelas agências alemãs e holandesas durante aquele período, ainda que não tenha sido um critério para a seleção e aprovação dos mesmos.

Para dois dos entrevistados a educação popular e o método de alfabetização de adultos de Paulo Freire foram também experiências por eles desenvolvidos antes mesmo do seu trabalho nas agências com as organizações brasileiras. São os casos de Jan van Bentum e sua esposa Janneke e também de Anneke Jansen.

No primeiro caso, a experiência com educação popular remonta aos momentos iniciais do trabalho de ambos como educadores ainda na Holanda, pois segundo Janneke, o método Paulo Freire é uma espécie de método natural, já que desde o trabalho que desenvolviam na Holanda usavam princípios semelhantes. Segundo ela, ao conheceram o método de Paulo Freire pensaram: “claro, é assim. Ele tinha as palavras”, querendo dizer que Paulo Freire deu um sentido teórico a um conjunto de práticas que se realizavam de modo não conectado.

Quando vieram trabalhar no Brasil em projetos vinculados à igreja evangélica reformada da Holanda desenvolveram trabalhos de educação popular em Santo André com crianças, em sua maioria nordestinas,

que tinham mais de seis anos, frequentavam a escola formal, mas não sabiam ler. Jan trabalhava com jovens da comunidade que atuavam junto às crianças no desenvolvimento da linguagem, através de brincadeiras, contação de histórias, pois em sua concepção a educação é muito mais do que apenas a habilidade da leitura, sendo essencialmente a criação de processos de conscientização sobre o mundo. Com relação ao trabalho que realizaram em Campo Limpo (zona sul da cidade de São Paulo) ele foi basicamente educação popular para adultos.

No caso de Anneke Jansen, durante um período em que esteve na Guiné Bissau, antes de tornar-se responsável pelos projetos no Brasil, se interessou por trabalhos com a educação popular e outras experiências na mesma área e considerou, quando do seu retorno à Holanda, que este seria um campo de trabalho possível. Naquele momento havia nas escolas holandesas um número menor de crianças do que o previsto pelos administradores, além de um contingente de mulheres adultas que queriam concluir seus estudos interrompidos no passado. Em função disto, foi fácil para Anneke conseguir um emprego na área da chamada “segunda chance de educação para adultos” (especialmente mulheres) usando a infraestrutura das escolas públicas que estavam ociosas. Havia alguma proximidade entre a educação popular e a segunda chance de educação para adultos, pois esta consistia nos processos de leitura, operações matemáticas fundamentais e a reflexão sobre o que estava acontecendo na realidade. Ao lado dos grupos de mulheres, estavam também imigrantes turcos e marroquinos que chegavam a grande número à Holanda e também jovens com mais de 16 anos que haviam abandonado os estudos e queriam retomá-los. Durante o período em que deu aulas de holandês, Anneke tentou aplicar alguns princípios do método Paulo Freire, contudo encontrou algumas dificuldades, pois nas turmas de holandeses maiores de 16 anos por não ser exatamente um processo de alfabetização a metodologia não conseguia dar os resultados esperados. Já para os imigrantes marroquinos e turcos havia a dificuldade deles falarem sobre suas experiências para uma mulher, uma limitação cultural.

Outros entrevistados, como Jurgen Stann e Pim Verhallen tiveram seus primeiros contatos com a educação popular e / ou o método de alfabetização de adultos de Paulo Freire através de experiências em outros países da América Latina. No caso de Jurgen quando estava na Universidade de Colômbia. Já Pim cita as experiências peruanas formadas a partir da metodologia do SINAMOS de Velasco Alvarado como um

exemplo importante na medida em que esta fomentou a criação de um grande número de ONGs de primeira geração. Para ele este é um dos elementos que explica o fato de que durante anos o Peru foi o país que mais recebeu recursos de CEBEMO e de outras agências europeias.

Pim Verhallen afirma ainda que os processos de educação popular foram a realização prática e a orientação metodológica de muitos dos conteúdos do Concílio Vaticano II, posição em certo sentido compartilhada por Jurgen Stahn. Para esse, as organizações brasileiras no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 mantinham forte articulação dos componentes da educação popular com os da teologia da libertação, ressaltando ainda a centralidade das Comunidades Eclesiais de Base nos processos desenvolvidos no Brasil. Jurgen aponta para o fato de que nos períodos iniciais das ações de Pão para o Mundo no Brasil o foco de muitos projetos era a educação formal a partir dos currículos escolares oficiais. Contudo, esta perspectiva foi sendo modificada dada a natureza do estado brasileiro e a dimensão da educação popular e de adultos passou a ser importante no apoio aos projetos.

O mesmo é afirmado por Alfred Rupert com relação aos apoios da MISEROR, segundo ele, a metodologia de Paulo Freire era uma forte referência nos projetos brasileiros, destacando também que tal método foi fundamental no trabalho de formação política das comunidades nos momento da ditadura.

Para Manfred os anos 1980 foram o período de maior presença e importância da educação popular nos apoios dados pela Cooperação Internacional. Na década seguinte começam a surgir questionamentos sobre a utilidade da educação popular em função de seus aspectos por vezes abstratos no que diz respeito aos resultados. Para ele este pode ser o motivo pelo qual o número de organizações parceiras que trabalhavam com educação popular tenha diminuindo com o passar dos anos.

Úrsula destaca a importância de Paulo Freire tanto nas agências, quanto na sociedade alemã, contudo, isto não significava que houvesse uma condição ou pressão para que os projetos apoiados pela EZE/EED tivessem conteúdos relacionados à educação popular. No entanto, sua influência era grande.

John afirma que era bastante próximo das teorias de Paulo Freire sobre alfabetização de adultos, ressaltando que o tema da conscientização foi um elemento muito importante para as mudanças nas posições assistencialistas que caracterizava a cooperação holandesa nos anos 1970. As várias visitas de Paulo Freire à Holanda e em especial à NOVIB contribuíram para a mudança acima citada, já que era uma

pessoa bastante respeitada e admirada. Em sua avaliação, as abordagens da educação popular variavam conforme as organizações brasileiras; já do ponto de vista da sociedade holandesa, a educação popular era reconhecida como um caminho para a democratização, ou seja, um instrumento de liberação e não um fim em si mesmo.

A experiência das pessoas que atuaram na cooperação franco-belga apresenta elementos semelhantes. O CCFD considerava a dimensão da educação popular como sendo fundamental nos projetos apoiados, mas segundo **Jackie** não era pré-condição para o apoio. Ela conta que na França havia experiências muito interessantes e próximas da educação popular, experiências estas nascidas no período da resistência e que uniam intelectuais e operários, pois os primeiros reconheciam que não tinham a vivência concreta da realidade. Era um método muito semelhante ao *ver, julgar e agir*, utilizado pela Juventude Operária Católica. **Jean Marie** reconhece a importância da educação popular e de Paulo Freire nos anos 1980. A América Latina aparecia como uma referência de educação popular, e esta havia sido a força dos movimentos católicos nos anos 1940 e 1950 na França e que no pós 1968 começava a perder a capacidade de alcançar a população adulta e os jovens. Assim, nessas duas décadas – 1970/1980- do ponto de vista da educação, as experiências da América Latina eram vistas muito menos no sentido de apoiar e mais no sentido de aprender a partir das experiências inovadoras. Ele considera que algumas ideias, como o teatro do oprimido, influenciaram certo tipo de educação para o desenvolvimento, inclusive algumas ONGs utilizaram esses métodos para a conscientização, educação. Considera que o tema da educação popular resultou em processo de aprendizagem mútua entre organizações francesas e brasileiras.

Bibliografia consultada

HATTON, Jean-Marie. *Note sur la structuration progressive des organisations de solidarité internationales (OSI) dans leur relation avec les pouvoirs publics: Quelques repères historiques*. Disponível em http://www.coordinationsud.org/wp-content/uploads/structuration_milieuOSIFrance.pdf

COORDINATION SUD. *Présentation du secteur des ONG françaises*. Disponível em <http://www.coordinationsud.org/Le-secteur-des-ONG-francaises>

TROUBÉ, Christian. *L'Humanitaire en turbulences, les ONG face aux défis de la solidarité internationale*. Paris : Éditions Autrement, 2006.

RYFMAN, Philippe. *Les ONG*. Paris : Éditions La Découverte, 2009.

DEVELTERE, Patrick ; MICHEL, Aristide. *Chronique d'un demi-siècle de Coopération Belge au Développement*.

Bruxelas : SPF Affaires étrangères, Commerce extérieur et Coopération au Développement, [2009].

Disponível em http://diplomatie.belgium.be/fr/binaries/chronique_demi-siecle_cooperation_belge_tcm313-98710.pdf

PEDROTTI, Paula Maciel. *A Cooperação Internacional e Terceira Onda da Democratização: o hibridismo da Fundação Konrad Adenauer e a experiência brasileira*. Dissertação de Mestrado, Escola de Administração de Empresa de São Paulo/ Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2005.

ROQUE, Átila. *Cooperação Internacional e Democracia: agências não governamentais europeias e ONGs no Brasil*. Dissertação de Mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 2001.